



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência visa a orientar na contratação de pessoa jurídica, para prestar serviços técnicos de Assessoria e Consultoria Jurídica de Natureza Contínua para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Trairi-CE.

1.2 Estabelece também normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços descritos e deve ser considerado como complementar às demais exigências dos documentos contratuais.

1.3. Neste termo estão descritos os requisitos básicos para a execução dos serviços de assessoria e consultoria na área jurídica, contratados pelas diversas Secretarias do Município de Trairi-CE, que incluem visitas técnicas dos profissionais à sede da Contratante, uma vez por semana, no mínimo.

1.4. A prestação dos serviços deverá ocorrer por profissionais capacitados para orientar os trabalhos da área e dirimir todas as dúvidas existentes, mediante agendamento prévio, e atendimento de consultas via telefone, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico disponível, ficando ainda, a cargo da empresa todas as respostas das diligências expedidas pelo Tribunal de Contas pertinentes ao objeto do edital.

### 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços nos trâmites administrativos de Direito Público Administrativo, para as diversas Secretarias do Município de Trairi-CE, com a realização dos seguintes serviços:

- a) Assessoria e Consultoria jurídica na área de licitações, com a finalidade de subsidiar o setor de licitações (pregoeiro, equipe de apoio, presidente da CPL e membros da CPL) no atendimento das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e a mais recente Lei de Licitações nº 14.133/2021, que envolva as compras de bens e serviços das Secretarias Contratantes, através das diversas modalidades previstas em lei, bem como nos processos licitatórios, como forma de evitar erros na execução e por conseguinte a responsabilidade do gestor e/ou ordenador de despesas, sendo necessária uma assessoria especializada e que tenha competência para orientar e analisar a situação existente e conceber programas de revisão de processos e rotinas do setor licitações;
- b) Realização de defesa técnica e acompanhamentos sobre as diligências oriundas dos Tribunais de Controle externo, em especial ao tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE.



## II. DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS:

1. A empresa contratada obriga-se a prestar serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica às Secretarias Contratantes junto ao Município de Trairi-CE, nos seguintes moldes:

- a) Assessoria e Consultoria Jurídica por intermédio de Advogados, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com experiência comprovada em no âmbito do objeto licitado;
- b) Promover visitas técnicas por intermédio de Advogados;
- c) Atender a chamados emergenciais, sempre que for solicitado;
- d) Promover as respostas de consultas por meio dos sistemas de comunicação disponíveis como: e-mail, telefone e “on-line”.
- e) Realizar visitas técnicas-jurídicas por advogado com expertise na área de licitações e contratos administrativos, uma vez por semana, no mínimo;

2. Prestação de consultoria técnica jurídica em matéria municipal e administrativa, envolvendo as seguintes atividades:

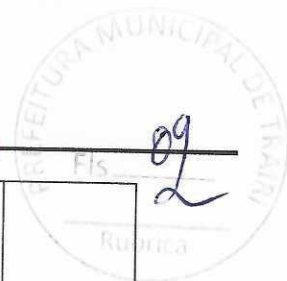
- a) suporte jurídico para realização de processos de licitação;
- b) elaboração de minutas de representações, mediante solicitação dos Secretários Contratantes, para denúncia de irregularidades em atos sujeitos à fiscalização dos Secretários, a serem dirigidas, aos Tribunais de Contas do Estado e da União e a outros órgãos fiscalizadores, mediante solicitação dos mesmos;
- c) Realização de defesa técnica e acompanhamentos sobre as diligências oriundas dos Tribunais de Controle externo, em especial ao tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE.

## III. DA QUANTIDADE DE HORAS TÉCNICAS

ITEM	OBJETO	HORA TÉCNICA MÊS	QUANT. MESES
01	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos administrativos, bem como	12 h	09



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI**  
**PODER EXECUTIVO**



	na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Secretaria de Administração do Município de Trairi-CE.</b>		
02	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos administrativos, bem como na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Secretaria de Saúde do Município de Trairi-CE.</b>	12 h	09
03	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos administrativos, bem como na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Secretaria de Educação do Município de Trairi-CE.</b>	14 h	09
04	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos administrativos, bem como na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Secretaria de Infraestrutura do Município de Trairi-CE.</b>	14 h	09
05	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na área de licitações e contratos administrativos, bem como na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Secretaria de Assistência Social e Trabalho do Município de Trairi-CE.</b>	11 h	09
06	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na	07 h	09



	área de licitações e contratos administrativos, bem como na elaboração de defesas e justificativas relativas aos processos licitatórios da unidade gestora solicitante junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE, para atender as necessidades da <b>Autarquia Municipal de Trânsito do Município de Trairi-CE.</b>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1 Contratação de pessoa jurídica, na forma de empresa cujo objeto é Assessoria Jurídica, tendo em vista a necessidade de profissionais com notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados que dependem de conhecimento específico nesta área, conforme a Lei Federal 14.039, de 17 de agosto de 2020, bem com a própria Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e mais recente a Lei de Licitações nº 14.133/2021 em alinhamento com as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará/TCE-CE.

3.2 Os serviços a serem desenvolvidos pela empresa contratada versam sobre assessoria e consultoria técnica especializada no âmbito de licitações e Contratos administrativos, bem como acompanhamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE e demais órgão d de Controle externo/fiscalização, auxiliando na elaboração de defesas, justificativas e recursos administrativos, bem como o acompanhamento dos referidos processos (PCS e TCE) no Diário Eletrônico do TCE e através de visitas aos órgãos.

### 4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 A contratada deverá realizar uma reunião técnica inicial, que será necessária para esclarecimentos e recomendações quanto à metodologia e desenvolvimento do trabalho. Poderá ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos e/ou na elaboração dos serviços contratados, sempre respeitando as legislações específicas da área jurídica.

### 5. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação deste serviço serão suportadas pelo orçamento fixado na Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2021.

### 6. EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO

6.1 A contratada deverá possuir uma Equipe Técnica, privilegiando a experiência em Assessoria Jurídica, com ênfase em assessoria administrativa e licitações, capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, nos prazos a serem estabelecidos.



**6.2** A Contratada deverá ter Equipe Técnica com no mínimo 02 (dois) advogados com Formação Superior em direito, devidamente registrados e regulares junto a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, sendo que os Profissionais deverão possuir comprovada experiência jurídica, certificada mediante 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica.

**6.3** Possuir experiência e conhecimento em sistema operacional que garanta o desenvolvimento das atividades em questão.

## **7. PAGAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS**

**7.1** O pagamento pela realização dos serviços será realizado mensalmente de acordo com a execução dos serviços e mediante apresentação das notas fiscais de prestação de serviços;

**7.2** O valor de cada parcela mensal será igual ao resultado com a quantidade de Hora técnica contratada por cada Secretaria.

**7.3** Para efeito do pagamento, a contratada deverá atender as exigências legais quanto à emissão de comprovação fiscal.

## **8. DURAÇÃO DO CONTRATO**

**8.1** O Contrato de prestação de serviços, objeto deste processo, terá o prazo de vigência de 09 (nove) meses, podendo ser renovado por igual período, atendendo as necessidades das partes envolvidas, nos moldes do artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

## **9. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**9.1** O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser alterado por acordo das partes, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei nº. 8.666/1993.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES**

**10.1** A CONTRATANTE obriga-se a:

**10.1.1** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI  
PODER EXECUTIVO**



seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**10.1.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.1.3** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

**10.1.4** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**10.1.5** Pagará à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

**10.1.6** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.2** A Contratada obriga-se a:

**10.2.1** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**10.2.2** Realizar às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

**10.2.3** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

**10.2.4** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.2.5** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

**10.2.6** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

**10.2.7** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.2.8** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI  
PODER EXECUTIVO**



obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.2.9** Orientar seus empregados quanto às normas e procedimentos a serem adotados durante o exercício de suas funções, bem como a fornecer os equipamentos de proteção individual necessários à atividade desenvolvida.

**10.2.10** Não permitir que seus empregados designados para a execução dos serviços ora contratados desempenhem atividades diversas daquelas acordadas no presente instrumento

## **11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Administração Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

**11.2** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

**11.3** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

**11.4** O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

**11.5** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do público usuário.



11.6 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº. 8.666, de 1993.

11.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

11.8 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo fiscal da CONTRATANTE.

## **12 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.

12.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.2.2 Multa de:

- a) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

12.2.3 Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com Município pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos





**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI  
PODER EXECUTIVO**



prejuízos causados.

12.3 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei nº. 9.784 de 1999.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.


12.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

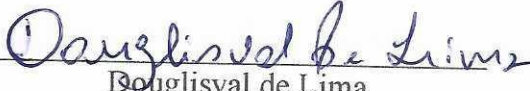
### 13. CONCLUSÃO

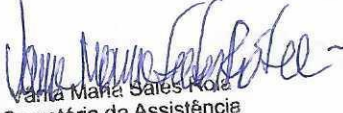
13.1 A presente descrição dos serviços tem por finalidade estabelecer condições para melhorar o desempenho das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Trairi-CE, para adequação desta instituição municipal às atuais exigências impostas, notadamente no tocante ao planejamento, a transparência, ao controle e a responsabilização dos gestores, que exigem assessoria de nível altamente especializado, que tenha competência para analisar a situação existente e conceber programas de revisão de processos e rotinas do setor jurídico, para se adaptar com a rapidez aos novos requisitos.

13.2 É necessário, por conseguinte, que haja modernização nos sistemas e processos de trabalho, onde as informações exigidas pela legislação e necessárias ao gerenciamento possam fluir com rapidez e de forma sistemática, tanto para direcionar o foco da gestão para resultados, como para atender aos controles interno, externo e social.


Trairi - CE, 05 de abril de 2021.

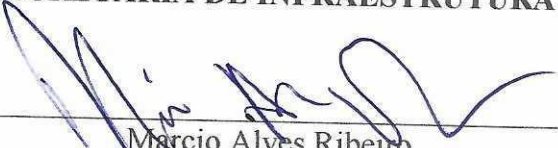
  
Francisco Alberto Ferreira  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

  
Douglasval de Lima  
**AUTARQUIA MUNICIPAL DE  
TRÂNSITO**

  
Vânia Maria Sátes Rola  
Secretária da Assistência  
Social e Trabalho  
Vânia Maria Sátes Rola  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E TRABALHO**

  
Francisco Oliveira Dias  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

  
Maria Almeida de Castro Braga  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

  
Marcio Alves Ribeiro  
**SECRETARIA DE SAÚDE**